

Reasentamiento de población y subjetividad: promoción de identidades en la "gestión social" de proyectos hidroeléctricos

Muñoz Gaviria, Gustavo

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Muñoz Gaviria, G. (2019). Reasentamiento de población y subjetividad: promoción de identidades en la "gestión social" de proyectos hidroeléctricos. *Revista Kavilando*, 11(1), 35-46. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-65817-7>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC-ND Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell-Keine Bearbeitung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC-ND Licence (Attribution-Non Commercial-NoDerivatives). For more information see:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>

Reassentamento de população e subjetividade: Promoção de identidades na “gestão social” de projetos hidrelétricos

Reasentamiento de población y subjetividad: Promoción de identidades en la “gestión social” de proyectos hidroeléctricos

Por: Gustavo Muñoz Gaviria¹.

Recibido: mayo de 2018 Revisado: julio de 2018 Aceptado: octubre de 2018

Resumo.

O presente artigo aborda as práticas de promoção de identidades contidas no que vem sendo chamado de “Gestão Social” de populações deslocadas por projetos de hidrelétricos, entendendo-as como elementos da dimensão subjetiva de um dispositivo de governo. Estuda-se o caso da usina hidrelétrica Porce III, construída na década de 2000, na Colômbia. Os dados provêm de análises documentais e trabalho etnográfico. Evidencia-se a vontade de formar sujeitos empreendedores, ambientalizados e dóceis, favoráveis ao sucesso das medidas de manejo de impactos sociais das usinas hidrelétricas no seu processo de apropriação dos territórios, bem como à promoção de uma racionalidade gestonária de governo.

Palavras-chave. Usinas hidrelétricas; Deslocados; Gestão Social; Identidade.

Resumen.

El presente artículo aborda las prácticas de promoción de identidades contenidas en lo que viene siendo llamado “Gestión Social” de poblaciones desplazadas por proyectos hidroeléctricos, entendiéndolas como elementos de la dimensión subjetiva de un dispositivo de gobierno. Se estudia el caso de la central hidroeléctrica Porce III, construida en la década de 2000, en Colombia. Los datos provienen de análisis documentales y de trabajo etnográfico. Se evidencia la voluntad de formar sujetos emprendedores, ambientalizados y dóciles, favorables al éxito de las medidas de manejo de impactos sociales de las centrales hidroeléctricas en su proceso de apropiación de territorios, así como a la difusión de una racionalidad gestonaria de gobierno.

Palabras clave. Centrales hidroeléctricas; Desplazados; Gestión Social; Identidad.

¹ Ingeniero ambiental, especialista en economía, magister en Gobierno y PhD Planeación Urbana y Regional. Docente investigador Escuela Superior de Administración Pública - Territorial Antioquia-Chocó Medellín -Colombia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6142-0605> Contacto: gamgaviria@yahoo.es

Introdução

O contexto em que se desenvolve esta pesquisa é o da expansão do capital a través dos denominados grandes projetos de infraestrutura. Abordam-se neste trabalho as práticas do que vem sendo chamado de “Gestão social” em processos de reassentamento de população; especificamente, estuda-se o caso do projeto hidrelétrico Porce III, construído na Colômbia, na década de 2000. Essa usina hidrelétrica é propriedade da Empresas Públicas de Medellín (EPM), que pertence ao município de Medellín, departamento de Antioquia. Focamos nos efeitos dessas práticas sobre as formas de vida dos atingidos, no tocante à dimensão subjetiva, como explicado mais adiante.

A usina foi construída na primeira década dos anos 2000 e começou operação em 2010, com uma produção de energia de 660MW. Segundo a EPMi, atingindo 582 famílias e 372 garimpeiros. Poder-se-ia falar de um aproximado de 2.700 pessoas atingidas, se considerada uma composição de 4 pessoas por família, proporção que seria ainda pequena face as características da ruralidade colombiana. Dentre as afetações produzidas destacam-se, no social, o deslocamento de população com a perda das fontes de renda da população, a perda das referências tradicionais com os atributos do território, as redes de vizinhança e os laços de solidariedade, o aumento de desordens sociais devidos à pressão migratória de populações de fora na procura de emprego etc. As afetações ecológicas da usina incluíram a modificação dos regimes hidrológicos na bacia, a deflorestação, a perda de diversidade biológica, a contaminação das águas e do ar etc.

O que denominamos “Gestão social” neste trabalho corresponde ao conjunto de práticas adiantadas pelas empresas que constroem os projetos ditos de desenvolvimento, bem como das suas consultorias e empresas parceiras, para o manejo das afetações sociais antes referidas. Para o caso colombiano, estas práticas fazem parte de planos e programas

de manejo de impactos que são elaborados pelas empresas para efeitos de obtenção da licença ambiental. O processo é regulado pelas autoridades ambientais que, na teoria, fiscaliza o cumprimento dos compromissos estabelecidos em tais planos.

Diferenciamos esta noção de “Gestão social” das abordagens feitas em outros espaços e que a entendem como uma forma alternativa à administração dos assuntos públicos baseada no mercado, para colocar a sociedade no centro da relação Sociedade-Estado-mercado, como analisado por Cardoso et al.(2011), Tenório (2013) e Carvalho (2014) citados em Muñoz (2016). Para esses autores, a gestão social seria uma resposta ao déficit democrático das sociedades contemporâneas, onde os fins das políticas públicas são pautados pela racionalidade do cálculo e da eficiência na aplicação dos recursos monetários e implementadas através de ferramentas de gestão e planejamento estratégico.

Abordagem teórico-metodológica

Diante da anterior problemática, definimos como objeto de estudo deste trabalho o elemento de subjetividade das práticas da “Gestão social” da usina Porce III, entendendo este tipo de gestão como um dispositivo de governo (Foucault, 1980), (Deleuze, 1991), (Dean, 2010); uma forma de governo composta, além de subjetividade, por elementos de visibilidade, como formas de iluminar realidades específicas; enunciação ou formas de criar enunciados com pretensão de verdade através pelo uso de certos saberes; e por fim, de poder ou formas de materializar a racionalidade de governo por meio de técnicas, instrumentos etc.ii

Pretende-se contribuir para o que (Alvarez-Uria, 1994), no prólogo do livro *Hermenêutica do Sujeito* de Foucault; entende como uma “sociologia crítica da subjetividade” da que seriam parte os trabalhos de Norbert Elias e Michel Foucault ao vincular relações de poder, formas de conhecimento e formas de subjetivação nas suas análises. Focando-

nos nessa dimensão subjetiva, e seguindo a proposta foucaultina, entendemos que o governo é impensável sem os sujeitos aos quais governar. Daí a importância dada por Foucault à relação de poder que não poderia se estabelecer sem uma estrutura técnica e de saber que se exerce de cima para baixo e que precisaria igualmente de uma capilaridade de baixo para cima sobre a qual se ancorar, capilaridade que se concretaria no componente subjetivo das práticas de governo.

Ao respeito, Agamben afirma que “O termo dispositivo nomeia aquilo no que e pelo que se realiza uma pura atividade de governo sem o meio fundado no ser. É por isto que os dispositivos implicam sempre um processo de subjetivação, devem produzir seu sujeito” (2011, p. 256). Neste sentido, o dispositivo estaria dotado de um tipo de artificialidade que precisa de um sujeito adaptado a esse arranjo de técnicas e racionalidades. É importante, porém, ressaltar que o termo subjetivação é para Agamben formação de sujeitos, o que aparece como promoção de identidades em Dean; enquanto que para Foucault e Deleuze, a subjetivação seria a possibilidade de o sujeito se voltar contra o dispositivo. O termo que Agamben usa para representar essa possibilidade é o de profanação do dispositivo ou des-subjetivação.

Segundo Dean (2010), as formas de identidade, ou melhor, os processos de identificação, promovidos pelas práticas e programas de governo não deveriam ser confundidos com o sujeito real, nem com a posição do sujeito numa estrutura específica. Os regimes de governo não determinariam as formas de subjetividade, mas, as promoveriam ou facilitariam, atribuindo certas capacidades ou qualidades aos agentes. O sucesso da atividade de governo verificar-se-ia então quando os agentes experimentassem a si mesmos através dessas capacidades, quer dizer, quando realizassem tais identificações na relação de si para si. Por esta razão, as práticas de governo pressupõem os estados, capacidades, atributos e orientações

daqueles que exercem a autoridade e daqueles sobre quem é exercida.

Pode-se dizer que as formas de visibilidade, as técnicas e os saberes nos dispositivos determinam práticas que contribuem para a construção de um sujeito de governo com características específicas. Por analogia com Sartre, que fala que “O operário é feito pela máquina e ao tempo a transforma em interioridade” (2015, p. 59), poder-se-ia pensar que a “Gestão Social” como dispositivo, -como um tipo de máquina e nesse sentido mais próximo da sua tradução ao inglês, apparatus-, promoveria uma identidade do atingido para ser por ele posteriormente interiorizada.

Cabe então nos indagarmos sobre os tipos de subjetividade promovidos pela “Gestão Social” em seu objetivo de ser bem-sucedida ou de produzir um “bom atingido”. Como, através das visibilidades, saberes e técnicas é possível pensar um tipo específico de sujeito de governo? E ainda, se é possível verificar, nesta fase da pesquisa do caso de Porce III, sinais da interiorização das identidades promovidas por estas novas técnicas de apropriação empresarial do território.

Como fonte de informação empírica usamos o documento intitulado: “Plano de Formação Integral para as Famílias Reassentadas”, elemento componente do “Plano de Gestão Social” elaborado por EPM, em 2006. Extraem-se também elementos das entrevistas de campo com a população atingida pela construção da usina.

Entendemos a dimensão subjetiva dos dispositivos como composta tanto por formas de produção de sujeitos, bem como por processos de subjetivação ou condutas contrárias ao disposto pelas formas de governoiii. Porém, neste artigo o alcance somente permitirá abordar as formas de produção de subjetividades que Dean inclui na Analítica de Governo sob a forma da promoção de identidades (2010, p. 43) e complementada por análises de produção de identidades no Movimento de

Atingidos por Barragens (MAB), no Brasil, desenvolvidos por Guedes (2006) desde uma perspectiva Bakhtiana.

O diagnóstico desqualificador dos sujeitos

Toda intervenção no mundo da gestão acompanha-se de um diagnóstico dirigido à máxima racionalização da situação na que ela pretende incidir. Por exemplo, Escobar (2007) analisa o que ele chama de Invenção do Terceiro Mundo em comparação com o Primeiro Mundo como referência ou horizonte de desenvolvimento. Através de missões de especialistas em diversas áreas do conhecimento diagnosticava-se a situação dos países “periféricos”. No caso colombiano, a missão chamou-se Missão Currie, que aconteceu em 1949 patrocinada pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Fomento (BIRF). Em decorrência do diagnóstico elaborado por esta missão estabeleceu-se um pacote de medidas de “desenvolvimento” para o país. Este “terceiro mundo subdesenvolvido”, inexistente segundo Escobar antes do segundo pós-guerra, seria uma invenção do discurso do desenvolvimento, este último um conceito também inexistente antes da Segunda Guerra Mundial. É interessante ressaltar aqui a colocação do autor no sentido de que o desenvolvimento teria tido sucesso em criar um tipo de subdesenvolvimento que tem sido em grande medida política e tecnicamente manejável.

O mesmo modo de ação é verificado no estudo de Ferguson (1994) sobre os programas de “desenvolvimento rural” em Lesotho, na África, na segunda metade do século XX. O autor analisa os diagnósticos feitos pelos promotores dos programas, identificando a construção de uma realidade desde o ponto de vista dos objetivos predefinidos pelos pacotes uniformemente oferecidos pelas agências de desenvolvimento. Um ator fundamental nessa construção de um tipo de população sobre a qual atuar foi o Banco Mundial (BM). Segundo Ferguson, um relatório desse banco sobre Lesotho afirmava que se tratava de um território “intocado

pelo desenvolvimento”, “isolado de qualquer tipo de mercado” e “constituído por uma economia de subsistência sem infraestrutura produtiva”. Porém, Ferguson chega a demonstrar como esse diagnóstico era incorreto e esdrúxulo; provando através de fontes históricas, que Lesotho era antes uma reserva de mão de obra para a mineração na África do Sul que uma terra de camponeses pobres. E, além do mais, que se constituía no polo dominado em ralação ao poder sul-africano que lhe tirava recursos naturais e parasitava suas elites burocráticas. Dinâmicas nunca descritas por aquele diagnóstico do BM.

De forma similar, a EPM e seus aliados realizaram uma “caracterização” social da população da denominada “área de influência” do projeto, desqualificando as suas atividades produtivas, suas relações sociais e os atributos paisagísticos do território, ao tempo que usava essas desqualificações como discurso justificatório para a construção da usina. Essa desqualificação fica evidente na seguinte citação de um dos consultores do projeto Porce III, no ano em que a obra foi concluída:

Os atrativos futuros vão se avistando, começando pelo fato de se dispor de uma via asfaltada com boas especificações, e da vista do reservatório ao longo de um bom percurso, ali onde antes somente era possível olhar **penhascos**, onde apenas se adivinhavam os meandros do rio. E a perspectiva turística da oferta de novas paisagens para aqueles que visitem essas **montanhas agrestes, que a poucas pessoas interessaram no passado**, irão dando, complementada com a informação histórica e técnica para quem atraído, não só pela vista panorâmica, mas, pelo conhecimento do que ali se produz para Colômbia e o continente Americano, a energia elétrica, com tecnologia do século XXI. (Gómez, 2010, p. 185) (tradução nossa, negrito nosso).

Também no processo de reassentamento, a empresa realizou um diagnóstico dos sujeitos que iriam a ser reassentados, neste caso, um do tipo “psicológico”. Esse diagnóstico “psicológico” dos

sujeitos fazia parte da introdução do documento intitulado “Plano de Formação Integral” (PFI) (EPM, 2006) do PGS de Porco III. Como parte das justificativas do processo de “formação”, esse documento fazia descrições dos atingidos que lembram as descrições que Castel (1997) traz para descrever como as instituições da caridade no século XVII caracterizavam às classes populares:

Sujeito que apresenta resistência à mudança associada àquilo que é novo... Sujeito com medos de origem universal como o temor de ser agredido ou excluído (EPM, 2006, p. 6)

Poucos têm uma visão integral do futuro... Na maioria dos casos, o futuro somente lhes preocupa em termos econômicos, descuidando outras dimensões que também têm de se preparar para a mudança, tais como a pessoal, afetiva, social e espiritual. (Ibid., p. 8)

Com este diagnóstico psicológico da população a ser gerida, a empresa chega a concluir que seus “medos geram uma rigidez que não lhes permite uma adaptação saudável ao mundo ou à realidade” (EPM, 2006, p. 6). No entanto, além deste diagnóstico, a empresa realizou também um “estudo exploratório” para identificar aspectos como: “[...] nível de escolaridade, capacitações agropecuárias recebidas e a sua utilidade, tipo de cultivos e pecuária com que têm trabalhado, presença institucional em capacitação e assistência técnica e necessidades e preferências de capacitação por parte da comunidade” (Ibid., p. 8). Este estudo permitiu à empresa afirmar também que a “área de influência direta... não tem tido presença institucional estatal” no setor agropecuário por ser uma região de exploração minerária e que a relação da maioria dos moradores com a atividade agropecuária é “esporádica” e de “manejo tradicional”.

Esses diagnósticos serviram à empresa para ‘identificar ostópicos para a elaboração de um plano de capacitações ou de formação, supostamente baseado nas sugestões dos entrevistados. Veremos

o conteúdo deste “plano de formação” na seguinte seção.

O “bom” atingido: a promoção de identidades

Conforme dito no começo, entendemos a produção de subjetividades neste trabalho como uma questão de promoção de identidades. Segundo Dean (2010) o trabalho exercido pelos dispositivos de governo atua sobre a conduta de governados e governantes para promover formas de identificação e subjetividades que estejam em harmonia com o funcionamento, a racionalidade e as técnicas do dispositivo. A análise deste elemento da dimensão subjetiva nos coloca frente às questões da identidade.

Sendo que a questão da identidade dos grupos como tema de pesquisa configura um campo muito amplo e que neste trabalho não é possível fazer um estudo em profundidade, tomamos como ponto de partida uma pesquisa que aborda a formação de identidades dos atingidos por barragens no Brasil. Trata-se do trabalho de Guedes (2006), intitulado “Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB]”. Nesse trabalho o autor entende a identidade dos atingidos como uma questão passível de ser formada mediante as práticas dos “cursos de formação” do MAB, no caso, a identidade do atingido militante. Para tanto, Guedes distingue dos tipos de análise: a análise do tratamento dado pelo curso de formação às identidades preexistentes a identidade de atingido que o curso queria construir e a identificação do “plurilingüismo” exprimido pelas diferentes “posições de sujeito discursivo” dentro do discurso veiculado pelos documentos produzidos pelo MAB. Voltaremos sobre esses dois conceitos chave mais adiante.

O estudo de Guedes apresenta uma completa e ilustradora introdução ao campo dos estudos da identidade. Ali, o autor entende a identidade como

o produto de um processo de formação-construção, abordagem que nos permite tomar essa análise como ponto de partida, pois é justamente a possível formação de uma identidade o que nos ocupa na análise deste elemento do dispositivo aqui estudado: a identidade dos reassentados promovida pela “Gestão Social” da usina hidrelétrica Porce III.

É importante, porém, ressaltar a diferença entre o estudo de Guedes (2006) e o estudo aqui adiantado, no sentido daquele se focar no processo de formação da identidade do atingido militante promovido desde o próprio MAB, movimento crítico dos processos de reassentamento e oposto a eles e suas formas; enquanto que o processo de promoção da identidade aqui estudado é uma iniciativa de formação idealizada e executada por uma empresa do setor hidrelétrico, nesse sentido, pelos atores causantes dos danos e mudanças. Cabe também fazer a distinção entre dois casos de promoção de identidade no tocante ao tipo de relação entre formadores e formados. No caso do MAB, entende-se que os formadores eram aliados dos formados em um processo de luta coletiva em que os segundos aderiram voluntariamente. Já no caso de Porce III, se bem os atingidos estavam presentes nos eventos de formação de forma que poderia ser vista como voluntária, o certo é que existia entre empresa e famílias o compromisso de elas participarem nas capacitações como condição para a entrega periódica do dinheiro para as despesas dos projetos produtivos, e também como condição para o sucesso de tais projetos. Isto sem falar da coerção inicial exercida pela decisão da empresa e do Estado de construir a usina, perante a qual os atingidos não tiveram mais opção do que aceitar uma das medidas oferecidas, o que configurava uma relação de obrigatoriedade.

No entanto, o que achamos de comum nos dois objetos de estudo é a ênfase posta no papel da dimensão discursiva na formação de tais identidades. Guedes aborda os discursos do curso de formação do MAB desde a perspectiva Bakhtiana, que estuda a relação entre identidade

e discurso, no seu caso, estudando a relação entre pedagogia, identidade e discurso no projeto identitário do movimento como estratégia política daquele. Elemento fundamental nessa análise é o de plurilingüismo, assim referido pelo autor:

E se estamos trabalhando com a ideia de “plurilingüismo” tomada de Bakhtin, é porque identificamos nesse discurso (assim como nos discursos do MAB não necessariamente pedagógicos) a existência de uma pluralidade de linguagens, de pontos de vista sobre o mundo...” (BAKHTIN, 1992) que nos permitem denominá-lo um discurso “plurilingüístico” (Guedes, 2006, p. 80)

Essas diversas linguagens seriam apreendidas na identificação das correspondentes posições de sujeito, entendidas como:

[...] perspectivas, (“pontos de vista”), lugares desde onde se estabelece uma determinada relação com o mundo social. O discurso funciona delimitando e definindo esses lugares específicos como aqueles nos quais devem se ‘alojar’ os que pretendem se formar como militantes (Guedes, 2006, p. 107)

Assim, Guedes identifica linguagens nos discursos de formação que dariam conta de cinco posições de sujeito: crítico, de mobilização, ético-moral (valores promovidos), institucional-organizacional e ecológico. Estas posições de sujeito seriam promovidas nas propostas discursivas de diversos atores que interagiram com os participantes do curso nos eventos de capacitação, após um processo de diálogo e re-apropriação desses discursos. Entre esses atores estariam: a Igreja, sindicatos, centros de formação técnica, o Movimento dos Sem Terra (MST), International Rivers, universidades, entre outros.

Guedes aponta para a semelhança entre os conceitos de modalidades de enunciação em Foucault e posições de sujeito em Bakhtin:

Todas as linguagens do plurilingüismo, qualquer

que seja o princípio básico do seu isolamento, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas da sua interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas (BAKHTIN, 1988, p. 8 apud GUEDES, 2006, p.68, **negrito nosso**)

Sendo que interpretar é entendido por Guedes, parafraseando Foucault, como a própria construção do mundo e os discursos como práticas que formam os objetos de que falam. Guedes (2006) conclui que se apresenta uma padronização das formas de luta e de organização com o intuito de consolidar uma identidade de atingido no nível nacional, veiculada nas posições de sujeito dos diversos discursos apresentados aos participantes do curso de formação.

Aplicando essa mesma abordagem passamos agora a identificar posições de sujeito promovidas no discurso da “Gestão Social”, mais especificamente, nos discursos do “Plano de Formação Integral”. Ao tempo em que vamos entrando na análise identificação das diversas posições de sujeito promovidas pela “gestão social”, vamos travando também um diálogo com as conclusões de Ferguson (1994) e Escobar (2007) sobre a estreita relação entre o tipo de diagnóstico feito pelas formas de governo e o conteúdo desses programas de governo entanto pacotes previamente idealizados pelas agências de desenvolvimento.

O Plano de Formação Integral (PFI) objetivava produzir um tipo específico de família ou indivíduo reassentado. As características procuradas podem ser extraídas dos “resultados esperados” enunciados pela empresa em dito plano:

Famílias com atitude favorável à mudança, adaptadas de forma adequada à nova realidade (econômica, sociocultural e do habitat) ... com capacidade para desenvolver tecnologias agropecuárias para possibilitar o sucesso das atividades empresariais... com rendimentos suficientes para sua sustentação... com capacidade técnica e operativa para conservar,

melhorar, recuperar e usar sustentavelmente o entorno (EPM, 2006).

Observa-se, a partir das expectativas do PFI, que o “bom atingido”, aquele procurado pela empresa, seria um sujeito com uma atitude positiva perante a mudança, capaz de incorporar novas habilidades e conhecimentos, que chega a ser empresarialmente competente ou “empreendedor” para se sustentar vivendo do próprio projeto econômico e com a capacidade de fazer um uso “sustentável” dos recursos do entorno.

Para atingir o resultado esperado em relação ao sujeito procurado pela “Gestão Social”, o PFI foi concebido como uma estrutura modular que permitia dar a cada família um “pacote de capacitação” conforme o projeto econômico selecionado como parte da indenização. O plano era composto por sete módulos: capacitação na área psicossocial para todas as famílias reassentadas; fortalecimento organizacional para as comunidades deslocadas e receptoras; capacitação em criação de gado; capacitação em cultivo de café; capacitação em cultivo de cacau; capacitação em cultura de peixe ou capacitação para famílias que escolheram projeto de comércio ou serviços.

Ressaltamos os conteúdos do primeiro e sétimo módulos, por eles darem uma ideia da amplitude e profundidade pretendida por esse plano. O primeiro módulo era composto pelo seguinte temário: elaboração da perda (atitude e mentalidade perante a mudança); família e entorno vital (recursos educativos, religiosos, de saúde, nutrição, jurídicos etc.; e fortalecimento de redes familiares e de vizinhança); referentes culturais do novo entorno (territorialidade, costumes, formas organizativas, crenças, folclore); economia familiar (gestão do orçamento familiar, redefinição de papéis ao redor da economia familiar, formação de critérios perante a sociedade de consumo); fortalecimento das relações familiares (mudanças da dinâmica e estrutura familiar, crises familiar,

equidade de gênero, distribuição de responsabilidades); desenvolvimento humano (autoestima, comunicação assertiva, projeto de vida, tolerância à frustração, resolução de conflitos, ética e valores), prevenção e estilos de vida saudáveis (gestão do tempo livre, prevenção do abuso do álcool e outras substâncias, hábitos alimentares e nutrição); integração cultural com as populações receptoras (reconhecimento das manifestações culturais, ferramentas para a convivência, fortalecimento de redes de vizinhança) (EPM, 2006, pp. 13-15).

O sétimo módulo era composto assim: princípios gerais de administração (a empresa econômica, os recursos, a estrutura da empresa, a cultura empresarial, direção e controle empresarial); administração do recurso humano (seleção de pessoal, avaliação de desempenho, motivação do pessoal, serviço ao cliente, trabalho em equipe); custos e gastos (classificação de custos e gastos, fixação do preço de venda, margem de contribuição, obrigações laborais, ponto de equilíbrio, cotações, estoques); contabilidade de custos (método simples de contas, estados financeiros, estado de perdas e ganhos, balanço geral, fluxo de caixa); marketing (mercado e marketing, mistura de mercado, plano de marketing); organização comunitária para a produção e comercialização (organização gremial compra de adubos e produtos); e capacitações específicas segundo o negócio selecionado (padaria, confecções, mecânica, mercearia, manipulação de alimentos etc.) (EPM, 2006, pp. 24-27).

Cabe ressaltar que os módulos agropecuários tinham também um componente empresarial, com temas como: desenvolvimento empresarial e administração de fincas (minha finca é uma empresa, qualidade da produção, estoques, balanço, custos, sistema de contas); segurança alimentar (segurança alimentar, horta caseira, preparação do solo, sementes, semeador, controle fitossanitário, fertilização, coleta, manejo de espécies menores etc.); componente ambiental do sítio (conservação de solos e fontes de água, erosão,

práticas de recuperação, traçado de cultivos, rotação de cultivos, produção de adubos orgânicos, manejo de resíduos, controle ecológico de pragas etc.) (EPM, 2006, p. 23).

Esta amostra do discurso contido no PFI deixa ver a profundidade com a que a “Gestão Social” no reassentamento de população em Porc III pretendia transformar a vida do sujeito reassentado. Temas como a atitude perante a mudança, a tolerância à frustração, a autoestima, ética e valores, hábitos saudáveis, elaboração da perda etc.; bem como aqueles relacionados com a vida de casal e a resolução de conflitos, deixam ver uma vontade de governar que, parafraseando Foucault, atinge os corpos e o mais profundo do sujeitos, ilustrando como “[...] os mecanismos do poder... [têm] uma forma capilar de existência, o ponto em que o poder vai ao centro dos indivíduos, toca seus corpos e se insere nas suas ações e atitudes, seus discursos, processos de aprendizado e vida cotidiana” (1980, p. 39).

Esteve muito presente entre os funcionários da empresa o discurso da importância de inserir as famílias reassentadas em uma “cultura da legalidade”, noção que relacionavam com o pagamento oportuno das contas da luz, dos impostos prediais, das contribuições para manutenção dos sistemas de aqueduto e o pagamento dos créditos adquiridos para o estabelecimento dos projetos econômicos etc. Fazendo uma ponte com os diagnósticos antes comentados, observa-se neste discurso transformador das atitudes dos atingidos a intenção civilizatória, uma posição de sujeito civilizado.

Essa intervenção planejada da vida do indivíduo teve como elemento, também marcante, a promoção de um indivíduo com capacidade de adaptação, economicamente independente, autônomo a partir da administração do seu projeto de vida e com as capacidades para tanto. Estaríamos aqui falando em uma posição de sujeito empresário. Esta tarefa foi assumida através da

capacitação em conhecimentos de microeconomia, gestão, administração etc. Sobre este objetivo da empresa queremos enfatizar agora duas características do “bom atingido” que foram também promovidas, tanto pela empresa, quanto pelos bancos multilaterais e pelos “especialistas” em reassentamento: a capacidade empresarial e a autogestão.

Como visto antes, o PFI foi, fundamental e explicitamente, um plano para a construção de empresários, de empreendedores de si mesmos, para acompanhar não somente o deslocamento espacial, mas também o deslocamento econômico dos sujeitos atingidos na medida em que eles perderam a referência com as formas de produção e sustento anteriores. Desde o diagnóstico até os conteúdos vistos antes, evidenciou-se esse esforço da empresa:

Com estes elementos [provenientes do diagnóstico com a população] têm-se definido as necessidades de capacitação para este tipo de população, **com o intuito de que as famílias sejam protagonistas do seu próprio processo de restituição** das condições de vida, em aspectos técnicos específicos para cada cultivo, a administração do sítio com mentalidade empresarial, conservação e proteção de recursos, e participação e organização comunitária (EPM, 2006, p. 8) (negrito nosso).

Uma característica do sujeito empresário seria ele ser capaz de assumir responsabilidades, por isto, na apresentação dos “envolvidos” no PFI, a empresa afirmava: “As famílias a serem reassentadas são os atores centrais, pois são elas as diretamente responsáveis e executoras do seu novo projeto de vida com o suporte e assessoramento da Equipe de Gestão Social” (EPM, 2006, p. 9).

Esta visão do que deve ser o sujeito reassentado é compartilhada pelos consultores do Banco Mundial. Para eles:

As operações de reassentamento requerem a

transferência gradual de responsabilidade das agências de reassentamento para os próprios reassentados. A implementação de ações desde o início é necessária para preparar a transferência de responsabilidades de gestão aos reassentados (Cernea, 1988, p. 28).

Segundo o mesmo autor, a política de reassentamento do Banco Mundial recomenda às agências governamentais encarregadas:

[...] superar a tendência burocrática à retenção da tomada de decisões e as funções de gestão entre os funcionários das agências e encorajar a emergência de lideranças na comunidade organizada. Isto aumentará a participação, estimulará a iniciativa local e facilitará amplamente as tarefas das próprias agências de reassentamento (Cernea, 1988, p. 29)

Na linha da análise da promoção da autonomia Dean (2010) afirma que, na atualidade, não seria suficiente produzir um sujeito governável, sendo necessário produzir um sujeito com alguma margem de manobra:

O governo efetivo nas democracias liberais contemporâneas depende das ações de indivíduos e grupos autodeterminados. Com o intuito de se desenvolver corretamente, o governo com frequência, preocupa-se com a formação de subjetividades através das quais funcionar (p. 87).

Por fim, observou-se a promoção de uma posição de sujeito ambientalizado nos discursos da sustentabilidade veiculados pela “Gestão Social”. Desta promoção encarregou-se o projeto de “Autogestão Ambiental Comunitária” do Programa de Educação Ambiental do Plano de Gestão Social, que tinha como objetivo que as organizações comunitárias se responsabilizassem pelo cuidado do seu entorno através de projetos de “melhoramento e conservação ambiental”, como seu nome o indica, por meio da auto-responsabilização pelo entorno.

Conclusões

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu uma aproximação ao entendimento das práticas da “Gestão Social” em projetos hidrelétricos na sua vontade de governar os sujeitos atingidos. Mais especificamente, conseguiu-se entender as intenções deste tipo de gestão dirigidas à produção, através de um processo denominado de “formação integral”, de um certo tipo de atingido, objetivo para o qual ela atuou sobre a subjetividade deles, promovendo a formação de uma identidade. Previamente ao processo de intervenção para a “formação” dos atingidos, evidenciou-se uma prática desqualificadora das formas de vida daqueles, bem como dos atributos do seu território. Esse discurso desqualificador serviu tanto para justificar a implantação da usina e a modificação da paisagem, quanto para desenhar um processo que viria corrigir as “debilidades” e “incapacidades” da população para se adaptar à mudança produzida pelo deslocamento. Conclui-se, pois, que a estratégia da empresa e dos promotores dos projetos hidrelétricos é uma do tipo: desqualificar para “formar”, na tentativa de construção do sujeito desejado.

Evidenciou-se uma relação entre o discurso da empresa e a promoção de identidades. No âmbito do programa de “formação”, articularam-se três corpos de saber ou linhas de enunciação no dispositivo da “gestão social”: desenvolvimento, sustentabilidade e gestão, já descritos em Muñoz (2016). Estes saberes constituíram um plurilingüismo presente na promoção de uma identidade do atingido construída desde posições de sujeito correspondentes a essas linhas: posição de sujeito dócil-civilizado, posição de sujeito ambientalizado e posição de sujeito empresário. Essa identidade foi promovida desde um arranjo de instrumentos idealizados para responder à necessidade de formação do que poderíamos denominar o “bom atingido”, um tipo de atingido que seria “bom” na medida em que garantiria o sucesso da “Gestão Social”, com a consequente

contribuição para a legitimação do processo de apropriação territorial por parte da empresa.

Verifica-se, assim, parafraseando Foucault (1994, pág. 125), como a “Gestão Social” da população atingida pelo projeto Porce III sugeriu e até certo ponto impôs –com a ajuda do Estado–, esquemas para configurar, a través do seu “envolvimento” ativo, as práticas de si. Os discursos que promoveram essas práticas foram, em certo grau, moralizantes, na medida em que pretendiam tirar os atingidos daquele estado de incapacidade diagnosticado com antecedência, para torna-los guardiões do capital entregue a eles como indenização, bem como da riqueza natural dos seus territórios vizinhos ao reservatório, muito necessária esta última para o adequado funcionamento da usina hidrelétrica.

Observa-se como no âmago dessa racionalidade que poderíamos denominar “gestionária”, para usar a linguagem de Luc Boltanski (2013), e das formas de conhecimento ou linhas de enunciação que a veiculam, promove-se a constituição de um sujeito empreendedor, tão caro às formas contemporâneas de governo, o sujeito que exige, a cada vez menos, proteção do Estado.

Porém, ainda que os dispositivos atuem promovendo subjetividades, tencionando a produção de umas identificações determinadas (Dean, 2010); esse processo não está chamado a ser necessariamente bem-sucedido, e muito pelo contrário, segundo alguns autores, há evidências de que as atividades de governo estariam fadadas ao fracasso. Assim, Dean fala em um “caráter congenitamente fracassado” (2010, p. 85) dos programas de governo. Igualmente, Ferguson e Lohmann falam da repetida implementação dos programas de desenvolvimento rural em Lesotho, apesar deles falharem sistematicamente em atingir seus objetivos. Neste último caso, os autores atribuíram o fracasso ao fato dos programas estarem fundamentados numa construção que guarda pouca semelhança com as “realidades prevalentes”

(1994, p. 176). Haveria, no sentido antes exposto, indícios da possibilidade de fracasso da “Gestão Social” como forma de governo através da produção de sujeitos civilizados, empreendedores e ambientalizados. Seriam evidência disso as problematizações, as críticas e as formas de resistências colocadas pela população impactada ao processo de reassentamento e à “Gestão social”. Estas diversas formas e estratégias discursivas e não discursivas são objeto de análise em (Muñoz, 2017).

Por fim, achamos que reconhecer os efeitos dos denominados processos de capacitação e de educação promovidos por diversos atores no

contexto da implantação desse tipo de projetos constitui um elemento para a reflexão sobre as condições de possibilidade de uma emancipação das novas lógicas de governo decorrentes da “autonomia” promovida por este tipo de racionalidade sob as noções de empreendimento, autogestão etc. Em outras palavras, faz-se necessário saber para que propósitos as empresas incidem na formação da conduta das comunidades. Assim, se tanto os pesquisadores no campo problemático dos ditos grandes projetos de desenvolvimento, quanto os movimentos de atingidos, quiséssemos incidir nos resultados de tais interações, seria de capital importância que a definição das formas e conteúdo de tais processos passasse por uma elaboração verdadeiramente democrática.

Referências

- Agamben, G. (2011). ¿Qué es un dispositivo? *Sociológica*, 249-264.
- Alvarez-Uria, F. (1994). Prólogo *Hermenéutica del sujeto*. En M. Foucault, *Hermenéutica del sujeto*. Ediciones de la Pepita: Madrid.
- Boltanski, L. (2013). Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestionária. *Sociologia e Antropologia*, 441-463.
- Castel, R. (1997). *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós Iberica.
- Cernea, M. (1988). *Making Development Sustainable: From Concepts to Action*. Washington: World Bank.
- Dean, M. (2010). *Governmentality. Power and rule in Modern Society*. Londres: Sage Publications.
- Deleuze, G. (1991). What is a dispositif? En T. Armstrong, *Michel Foucault: Philosopher*. Nueva York: Harvester Wheatsheaf.
- EPM. (2006). *Plan de Formación Integral Gestión Social Porce III*. Medellín: Empresas Públicas de Medellín.
- Escobar, A. (2007). *La invención del tercer mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.
- Ferguson, J. (1994). *The Anti-politics Machine*. Minneapolis: University of Minesota.

- Ferguson, J., & Lohmann, L. (1994). The Anti-politics Machine: “Development” and Bureaucratic Power in Lesotho. *The Ecologist*, 176-181.
- Foucault, M. (1980). *Power-Knowledge Selected interviews and other writings 1972-1977*. Nueva York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1994). *Hermenéutica del sujeto*. Madrid: Ediciones de la Pepita.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. San Pablo: Martin Fontes.
- Gómez, L. (2010). *Desarrollo Social con Energía. La Central Hidroeléctrica Guatapé, factor de desarrollo*. Medellín: Fundación Codesarrollo.
- Guedes, A. (2006). *Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso do movimento dos atingidos por barragens*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mello, C. C. (2006). *Agenda 21 local. Um glossário para o debate*. En C. C. Henri Acelrad, *Cidade, Ambiente e Política. Problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Muñoz, G. (2016). *De atingido a empreendedor: a política em tempos de “Gestão Social”. O caso da Usina Hidrelétrica Porce III na Colômbia*. Tesis de doctorado en Planeación Urbana y Regional. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Muñoz, G. (2017). *Las técnicas de la “gestión social” de poblaciones impactadas por proyectos hidroeléctricos como instrumento de gobierno*. *El Ágora*, 387-412.
- Muñoz, G. (2017). *Formas de la resistencia en la construcción de proyectos hidroeléctricos*. *Hallazgos*, 39-60.
- Sartre, J.-P. (2015). *O que é a subjetividade?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Vainer, C. (2008). *Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate*. En F. Rothman, *Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. (págs. 39-63). Viçosa: UFV.

Notas.

ⁱ(EPM,2011).

<http://www.epm.com.co/site/Home/Institucional/Nuestrasplantas/Energ%C3%ADa/Centraleshidroel%C3%A9ctricas.aspx>

ⁱⁱPara uma abordagem mais ampla da “Gestão Social” como dispositivo de governo, ver (Muñoz, 2016) e (Muñoz, 2017).

ⁱⁱⁱPara uma abordagem das contra-condutas (Foucault, 2008) ao dispositivo da gestão Social em Porce III, sugerimos ver (Muñoz, 2016)

^{iv}A inovação conceitual de “deslocamento econômico” apareceria, segundo o professor Carlos Vainer, no Handbook of Resettlement, da International Financial Corporation de 2001, para ir além da noção de deslocamento espacial e incluir as afetações por perda ou mudança nas atividades produtivas dos reassentados. Ver (Vainer, 2008).